

Informações sobre arquivo

A nova morada do Tombo

*Maria de Fátima Rodrigues das Neves **

A 21 de dezembro de 1990, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo insalou-se num novo edifício, situado na Alameda das Universidades, Campo Grande, Lisboa, em condições que permitem a segurança e o bom tratamento do seu espólio.

No princípio era o *Tombo*, conjunto encadernado de cadernos de pergaminhos para onde se copiavam os documentos considerados mais importantes. O *Tombo* régio acompanhava, assim, os primeiros monarcas portugueses nas suas constantes deslocações pelo país e crescia com o aumento do poder real. Tornava-se, com o decorrer dos tempos e o aumento da documentação, cada vez menos prático transportá-lo de um lado para outro e, na segunda metade do século XIV (entre 1352 e 1378), o *Tombo* régio ganha residência fixa. Será colocado na torre albarrã do Castelo de São Jorge e dessa localização nasce a designação *Torre do Tombo* que ainda hoje mantém o Arquivo Nacional português.

A *Torre do Tombo* continuou a crescer, incorporando a documentação régia e dos organismos centrais do poder e, ainda em finais do século XVI, viria a chamar-se *Archivo Real* designação que só se alteraria em 1821 quando o liberalismo, então vitorioso em Portugal, procurou dar-lhe um nome mais abrangente: *Nacional e Real Archivo*. Finalmente com a República, proclamada em Portugal no ano de 1910, recebeu a designação que ainda hoje ostenta: *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*.

Acrescente-se que, a partir do século passado, A *Torre do Tombo* passou a receber documentação em tal quantidade que atualmente a parte mais antiga - a Casa da Coroa - representa apenas uma parte do acervo documental, talvez pouco mais de 10%.

Após o terremoto de 1755, que destruiu a torre do Castelo de São Jorge, o Arquivo foi transferido para o Convento de São Bento do lado da Calçada da Estrela, onde permaneceu até 1862. Essa primeira transferência

* Departamento de História/USP.

custou ao Arquivo uma parte de seu acervo, perdido entre os escombros do castelo.

Quando o convento converteu-se em Parlamento (1862), o Arquivo foi deslocado para o lado da Rua de São Bento, continuando a incorporar quantidade crescente de documentos. Nesse local permaneceu, em precárias condições de utilização até dezembro de 1990, quando, finalmente, recebeu um edifício que dispõe de adequadas condições de funcionamento.

Projeto arquitetônico de Antonio Raposo Cordeiro orçado em cerca de 3 milhões de contos portugueses (cerca de 21 milhões de dólares), o edifício possui 137 quilômetros de depósitos dos quais 40 quilômetros, aproximadamente, já se acham ocupados por valiosa documentação relativa à História de Portugal e de seus domínios ultramarinos.

O sistema de segurança e de acondicionamento do acervo é dos mais modernos. A casa forte, onde estão conservados os "tesouros" do Tombo (*Livro das Aves, Apocalipse de Lorrão, Tratado de Tordesilhas, Bíblia dos Jerônimos*, entre outros) e protegida contra abalos sísmicos e explosões nucleares. Integram o sistema de segurança do prédio dispositivos anti-fogo, anti-roubo e anti-luminosidade.

Com mais de seis séculos de vida, a *Torre do Tombo* viu as suas funções ampliarem-se ao longo do tempo. Assim, embora tenha desde o início a função de salvaguardar a documentação e facultar a sua consulta, o número dos que precisam conhecer a documentação aumentou e as técnicas de conservação e catalogação desenvolveram-se, exigindo um corpo de funcionários cada vez mais numeroso e com maior preparação. Para além das funções tradicionais, hoje, cabe-lhe a divulgação do conteúdo dos documentos junto a um público mais vasto.

O Arquivo Nacional da Torre, do Tombo constitui o principal depositário da documentação que fundamenta a memória coletiva de Portugal e suas colônias ultramarinas. Nele podemos encontrar documentos do século IX ao século XX, escritos em línguas que vão do latim ao português atual, passando pelo árabe, persa, bengali, chinês e utilizando suportes como pergaminho, o papel e até folhas de palmeira.

É uma documentação particularmente vasta que se torna, aliás, tanto mais numerosa quanto mais avançamos no tempo e que, ao retratar a História de Portugal, contém, naturalmente, testemunhos dos Descobrimentos e da Expansão Marítima, muitos deles escritos por portugueses e outro provenientes dos povos então contactados. Os núcleos conservados fornecem, assim, informação para a história dos povos e países com quem os portugueses estabeleceram contato. Por outro lado, se muitos documentos contém apenas texto outros, pelo contrário, são autênticas obras de arte que se contemplam pela sua particular beleza.

O acesso à documentação conservada na *Torre do Tombo* é facultada a todos os maiores de 18 anos cuja inscrição como leitor seja aprovada. Nessa oportunidade, o candidato deve preencher um boletim e apresentar um termo de responsabilidade. Para os cidadãos estrangeiros é ainda necessária a apresentação de uma credencial passada pela embaixada ou pelo encarregado de negócios do país de origem. O leitor fica sujeito também ao pagamento de uma quota anual.

O horário de funcionamento do Arquivo é de segunda a sexta-feira das 10:00 às 19:30 horas e sábados das 10:00 às 12:30 horas. Há possibilidades de reprodução de documentos, microfilmes ou não, desde que autorizada pela direção do arquivo.

O pesquisador brasileiro que necessite consultar a rica documentação conservada na *Torre do Tombo*, deve dispor, porém, de tempo e paciência consideráveis. Os avanços das técnicas de conservação e catalogação chegam muito lentamente ao arquivo que, apesar da suntuosidade das instalações, não dispõe, por exemplo, de terminais de computador que informem o usuário sobre o acervo.

A consulta inicia-se nos fichários e índices elaborados no século XIX. Os *Processos da Inquisição* portuguesa, por exemplo, acham-se organizados, primeiramente, segundo o bispado do réu: Lisboa, Évora e Coimbra, perfazendo um total de cerca de 36 mil processos. Há gavetas específicas para cada bispado, onde aparecem fichas de 5cm X 5cm, manuscritas, nas quais constam o nome completo do réu, o ano e o número do processo. As fichas são organizadas por ordem alfabética do primeiro nome do réu.

No caso da Inquisição de Évora, foram elaborados índices com os nomes dos processados, origem, filiação, ocupação, data do processo, crime de que é acusado, testemunhas que depuseram no processo, sentença e pena.

Os processos de brasileiros, ou portugueses residentes no Brasil - bem como das demais colônias portuguesas - perseguidos pelo Tribunal do Santo Ofício acham-se todos conservados junto à documentação da Inquisição de Lisboa, sendo necessário verificar processo por processo (já que nas fichas da Inquisição de Lisboa não consta a origem do réu) a fim de localizar os que nos interessam, salvo quando já conheça o nome do réu.

Nas *Chancelarias* (conjunto de Ordens Regias, Decretos, Alvarás, Leis, Instruções) dos diversos reis portugueses, também não é simples encontrarem-se informações acerca do Brasil, na medida em que tais instrumentos do poder real lusitano, acham-se catalogados, nos índices, segundo a ordem cronológica de sua elaboração, ou, no caso de nomeações, concessões, benefícios, segundo a ordem alfabética do beneficiado.

Também o *Cartório dos Jesuítas* não oferece maior facilidade de consulta para o pesquisador brasileiro. Os documentos referentes a atuação

da Companhia de Jesus nas colônias ultramarinas lusitanas, e mesmo em Portugal, acham-se organizados cronologicamente e contam, principalmente, com informações referentes a doações de bens para a Companhia.

Há um núcleo documental, denominado *Manuscritos do Brasil*, coleção no qual abundam informações sobre as Minas Gerais no século XVIII, especialmente no que diz respeito ao controle da exploração do ouro, à cobrança dos tributos devidos à Coroa Lusitana e às reações decorrentes da atuação das autoridades metropolitanas.

Eventualmente, informações relativas a outras regiões brasileiras, bem como a outros períodos de nossa história colonial, aparecem nesse fundo documental, que contém ainda papéis avulsos de natureza diversa: Provisões, Ordens Régias, Informações,

O Professor Caio César Boschi publicou na *Revista de História*¹ um artigo intitulado "O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal; levantamento bibliográfico crítico dos arquivos e bibliotecas de Portugal úteis ao pesquisador de História do Brasil", no qual apresenta um arrolamento da documentação sobre o Brasil colonial existente nas instituições de conservação de memória portuguesas. Com a transferência do acervo do Arquivo Nacional da *Torre do Tombo* do Palácio de São Bento para o novo edifício, porém, a organização dos documentos desse arquivo foi alterada e as referências contidas no artigo do Professor Caio Cesar Boschi acham-se desatualizadas.

1 Vol. 51, n° 101, pp. 343-400, jan.-mar. 1975.